



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

**ATA DA 39ª (TRIGÉSSIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA, da gestão 2016/2018 DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, REALIZADA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2017 (DOIS MIL E DEZESSETE).**

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às dezoito horas, no Plenário do Instituto dos Advogados Brasileiros, foi realizada a 39ª Sessão Plenária, sob a Presidência do Dr. Tércio Lins e Silva. A secretaria dos trabalhos foi confiada ao Diretor Secretário, Dr. Antônio Laért Vieira Júnior. O Senhor Presidente abriu a sessão informando aos associados que às sessões são transmitidas ao vivo pela internet, que é só baixar o aplicativo do IAB. O Senhor Presidente chama o novo associado Dr. Francisco de Paula Eugênio Jardim de Souza Brasil, que foi indicado pelo consócio Dr. Frederico Price Grechi, para fazer a leitura e assinatura do termo de posse de membro efetivo. O Presidente Tércio Lins e Silva disse: "Não há uma única sessão ordinária em que não damos posse ou aprovamos propostas de admissão de novos consócios. Isto é prova da vitalidade do IAB, que tem recebido jovens e talentosos advogados em seus quadros. Seja bem-vindo à Casa de Montezuma", e nomeou para fazer parte da Comissão de Direito Agrário e Urbanístico. Dá tribuna do plenário o novo associado fez um breve agradecimento: "É uma honra entrar para esta Casa e assumo o compromisso de me dedicar profundamente aos trabalhos da comissão". O Presidente chamou o Desembargador Marcos Alcino de Azevedo Torres, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para tomar posse como

1



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 246, 5º andar 20020-080*

*Tels.: (21) 2240.3921/2240.3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

membro honorário. O Presidente Técio Lins e Silva, disse: "Temos um quadro muitíssimo qualificado de membros honorários, dentre os quais mais da metade dos ministros do Supremo Tribunal Federal, magistrados dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais e do Trabalho, promotores e procuradores. Espero contar com a sua inteligência nas nossas sessões ordinárias", ao saudar o empossado. O Desembargador Marcos Alcino de Azevedo Torres é Presidente do Fórum Permanente de Direito da Cidade, pertencente à Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), e foi indicado pelo ex-presidente do IAB Ricardo Cesar Pereira Lira e pelo presidente da Comissão de Direito Agrário e Urbanístico, Frederico Price Grechi. Da tribuna o novo consócio, que disse: "Estou honrado por ingressar nesta Casa tão respeitada não somente pelos seus atuais membros como pelos grandes juristas brasileiros que por aqui passaram e cujas fotografias estão espalhadas por este plenário e espero contribuir com os meus estudos nas áreas de interesse da sociedade junto com tantos consócios culturalmente capacitados". O Senhor Presidente fez a leitura de justificativa de ausência do ex-Presidente Dr. Celso da Silva Soares em razão de problemas de saúde. Passando a **Ordem do Dia**, a primeira **indicação nº 055/2016**, de autoria do Dr. Vladimir de Passos de Freitas, sobre Projeto de Lei nº 6799/2013, de autoria do Dep. Ricardo Izar, propondo a "Criação de uma personalidade jurídica "sui generis" em reconhecimento da senciência dos animais". Relatores da matéria: Maria Claudia da Silva Antunes de Souza, da Comissão de Direito Ambiental, e Dr. Gabriel Dolabela Raemy Rangel, da Comissão de Direito

2



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar, 20020-080*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Civil e Voto de Vista do Dr. Renato Neves Tonini. A indicação foi adiada, devido o Dr. Renato Neves Tonini não ter comparecido. Passando para segunda **indicação nº 033/2016**, sobre Projeto de Lei nº 1028-A/2011 da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que "Altera a Lei nº 2657, de 26 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e dá outras providências". Relator da matéria Dr. Luiz Gustavo de França Rangel, da Comissão de Direito Financeiro e Tributário. O Senhor Presidente chama o relator para que da tribuna sustentasse seu parecer. O relator disse que nem todo gás natural extraído é vendido. Ao produto são dadas várias destinações. Parte dele, por exemplo, é injetada novamente nos poços petrolíferos para provocar o deslocamento de fluidos e facilitar a extração do óleo pelas plataformas. O gás também é utilizado na geração de energia elétrica para uso exclusivo da própria indústria petrolífera. Além disso, por uma questão de segurança, uma parte do gás é queimada por meio dos *flares* (tochas que ficam permanentemente acesas nas chaminés das plataformas), para impedir a sua circulação em excesso em ambiente impróprio e, com isso, evitar intoxicações, incêndios e explosões. Os autores do PL propõem alterar a Lei 2.657, de 26 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços. Os parlamentares querem criar a alíquota de 12% de ICMS sobre as operações de extração de gás reutilizado pelas próprias produtoras, considerando para o cálculo o valor da *commodity*. O PL sugere, também, a alíquota de 6% sobre a extração de gás queimado, tendo



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 246, 5º andar - 20026-080*

*Tels.: (21) 2246-3921/2246-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

como base o valor de venda do produto pela Petrobras à Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro (CEG).

**Reaproveitamento e consumo** - De acordo com o relator Dr. Luiz Gustavo de França Rangel, as atividades de queima, reaproveitamento e consumo pela indústria de petróleo e gás natural visam a proporcionar "máxima eficiência ao processo produtivo". E tais atividades estão assentadas na Portaria 249/2000 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). "Não são operações mercantis ou de geração de riqueza que justifiquem a cobrança de ICMS", que afirmou o relator. Ao tratar da inconstitucionalidade do PL, Dr. Luiz Gustavo de França Rangel, afirmou que: de acordo com o art. 146 da Constituição Federal, cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária. "A Lei Complementar 87/1996, conhecida como Lei Kandir, que dispõe sobre o ICMS dos estados e do Distrito Federal, não estatui em seus dispositivos, como fato gerador do imposto, a extração de gás natural queimado, consumido ou reinjetado", explicou o relator. O Dr. Luiz Gustavo de França Rangel, classificou como "vício de competência do legislador estadual a pretensão de estabelecer normas sobre matéria que demanda uma uniformização da legislação tributária em âmbito nacional". Por tais razões, o relator considera que há "inconstitucionalidade formal nas propostas contidas no projeto de lei". Sobre a tentativa de cobrar ICMS até mesmo sobre a operação de queima de gás natural realizada por uma questão de segurança, o relator afirmou que "não há o menor sentido, do ponto de vista econômico, e nenhuma lógica legislativa justificável". O

4



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080*

*Tels.: (21) 2240.3921/2240.3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

parecer é pela rejeição integral do Projeto de Lei da ALERJ. Colocado em discussão, o parecer foi aprovado. A terceira **indicação de nº 006/2017**, de autoria do Dr. Fernando Máximo de Almeida Pizarro Drummond, sobre "Emenda 25ª ao Regimento Interno aprovada pelo Pleno do STJ, estabelecendo a obrigatoriedade e prazo para a sustentação oral em até dois dias após a publicação da pauta". Relator Dra. Ana Teresa Basílio. O parecer foi lido da tribuna do plenário pelo secretário-geral Dr. Jacksohn Grossman, devido à ausência da Relatora. Em seu parecer a relatora disse: O estabelecido pelo Código de Processo Civil, que entrou em vigor em 2015 e regula as regras relativas ao processamento de recursos, inclusive no que se refere à sustentação oral, não pode ser afastado por norma regimental", somente em situações excepcionais as regras reguladas pelo CPC são delegadas aos tribunais, para serem definidas por norma regimental. O CPC prevê que a sustentação oral pode ser requerida até o início da sessão de julgamento. A Dra. Ana Tereza Basílio, ressaltou os Princípios constitucionais, também, que a Constituição Federal, além de garantir os princípios da ampla defesa e do devido processo legal, ao disciplinar os regimentos internos dos tribunais por meio do art. 96, definiu que eles devem ser elaborados "com a observância das normas de processo e das garantias processuais das partes". Segundo a relatora, "o STJ não tem, portanto, competência para legislar em matéria de processo, devendo seu regimento interno limitar-se, ainda conforme o artigo 96 da Constituição, a regular a competência e o funcionamento dos seus órgãos". O ministro Luís Felipe Salomão, da

5



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 240, 5º andar, 20020-080*

*Tels.: (21) 2240.3921/2240.3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Comissão de Regimento Interno do STJ, afirmou na justificativa da medida que ela "visa a ordenar o crescente volume de requerimentos para sustentação oral, cuja realização em uma única sessão de julgamento tem-se mostrado inviável". De acordo com a relatora, a decisão "ofende o direito constitucional à ampla defesa". A Emenda nº 25, que alterou o art. 158 do Regimento Interno do STJ, foi aprovada pelo pleno da corte, no dia 13 de dezembro de 2016. Segundo a relatora, "o novo CPC garante a realização da sustentação oral pelo advogado, independentemente de prazo de apresentação de requerimento, pelo tempo improrrogável de 15 minutos, igualmente garantido a todas as partes". Conforme o CPC, o direito à manifestação oral está previsto nos julgamentos dos recursos de apelação, ordinário, especial e extraordinário; dos embargos de divergência, das ações rescisórias, dos mandados de segurança, das reclamações e dos agravos de instrumento interpostos contra decisões interlocutórias que versem sobre tutelas provisórias de urgência. O Instituto dos Advogados Brasileiros, vai entrar com uma representação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra a Emenda Regimental nº 25 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), segundo a qual o advogado, para fazer a sustentação oral, tem que requerê-la até dois dias úteis após a publicação da pauta de julgamento. A representação terá como base o parecer contrário à decisão do STJ redigido pela relatora Ana Tereza Basílio (foto), diretora de Mediação, Conciliação e Arbitragem, e aprovado, por unanimidade. O Presidente fez a leitura da proposta de Admissão de Sócio efetivo do Dr. Rodolpho Cezar Aquilino Bacchi, proponente

6



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Dr. Victor Farjalla, que ficará em mesa para votação na próxima sessão. O Senhor Presidente comunicou a todos que na próxima quarta-feira dia 17 de maio, das 17 às 20h, a campanha de vacinação contra a gripe de iniciativa do IAB em parceria com a Caixa de Assistência dos Advogados do Rio de Janeiro - CAARJ, que este ano participa do movimento nacional liderado pela Coordenação Nacional das Caixa de Assistência dos Advogados (Concard). O objetivo é vacinar 200 mil advogados em todo o País, sendo 15 mil deles somente no Rio de Janeiro. O Presidente fez a leitura da ata do dia 03/05/2017, que ficará em mesa e a votação da ata do dia 22/02/2017, que foi aprovada. O Presidente fez a leitura das obras doadas a Biblioteca Daniel Aarão Reis: Doação do Autor: Doutor Antonio Augusto Cançado Trindade. A Obrigação Universal de Desarmamento Nuclear. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017. 235p. Doação da Editora, Revista Justiça & Cidadania - edição 200 - Abril de 2017. Passando para os oradores inscritos, o Presidente chama o primeiro orador Dr. Carlos Roberto Schlesinger, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, repudiando atos repressivos da PMRJ no último dia 28 de abril, por ocasião das manifestações da greve geral. Colocado em votação, a moção foi aprovada para ser publicado no site do IAB. O segundo orador inscrito Dr. Hariberto de Miranda Jordão Filho, que apresentou uma nota publicado no jornal do dia 08/05/2017, sobre o julgamento do ex-Presidente Lula. A nota, em anexo, fará parte na integra desta Ata. O terceiro orador Dr. Adilson Rodrigues Pires, que pediu a palavra para apresentar proposta de indicação sobre Medida Provisória



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 246, 5º andar - 20020-080*

*Tels.: (21) 2246-3921/2246-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Nº 766, que "Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional". Colocado em votação, a pertinência da matéria foi aprovada e nomeado relator o Dr. Fábio Martins de Andrade. Passando para o quarto orador Dr. Manoel Messias Peixinho, informando que o Conselho Pleno da OAB/RJ, aprovou indicação da Conselheira Vania Aieta pelo afastamento do Governador Pezão e do vice Francisco Dornelles. O IAB não pode ficar ausente dessa iniciativa de apoio ao pleito da OAB/RJ, de afastamento do Governador para oferecer alternativas à recuperação do Estado do Rio de Janeiro. Passando a palavra ao consócio Dr. Roberto Alves dos Reis, que se opôs à fala de Hariberto de Miranda Jordão, pediu para registrar seu protesto pelo que foi lido anteriormente e pela impertinência do tema. O Senhor Presidente esclareceu que a tribuna é livre para as manifestações de pensamento. Anunciou a cerimônia de entrega do título de professor Emérito da UNIRIO, no dia 25 de maio, ao Professor Aurélio Wander Bastos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente às 20:00 horas, deu por encerrada a Sessão, da qual eu, Antônio Laért Vieira Júnior, como secretário dos trabalhos, lavrei a presente Ata.

  
**Técio Lins e Silva**

(Presidente Nacional)

  
**Antônio Laért Vieira Júnior**

(Secretário dos Trabalhos)